

economistas

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ E SINDECON-RJ

E NADA MUDOU

Mais de 300 economistas de diversas capitais brasileiras lançaram manifesto em que denunciam que o continuísmo da política econômica neoliberal no Governo Lula é uma usurpação do desejo de mudança expresso pelo povo nas eleições de 2002. O mesmo poder econômico quer manter seus privilégios. O documento aponta que o surto de crescimento atual não deve iludir a ninguém e propõe 10 medidas para um projeto nacional de desenvolvimento soberano e independente.

Página 3

**Governo Lula
desconhece o IBGE**

Página 5

**Dois nacionalismos
em disputa**

Página 11



EDITORIAL

Sem Lessa e sem Furtado

Quando fechávamos esta edição, dois acontecimentos mobilizaram a sociedade brasileira: a exoneração de Carlos Lessa da presidência do BNDES e, logo em seguida, a morte do economista e professor Celso Furtado. Duas ocorrências que lançaram ainda mais penumbra sobre os dias de hoje e sobre os rumos do país.

A saída de Lessa do comando do maior banco de fomento do país retira do Governo Lula uma das últimas – senão a derradeira – esperança de que este governo venha a dar certo e atender às expectativas criadas quando de sua eleição.

Voz dissonante em um coro que parece já sintonizado e adaptado ao continuísmo e ao mesmismo da política econômica, Lessa representava a possibilidade de os interesses maiores do país estarem sendo levados em conta na condução de políticas públicas de fomento à economia brasileira. Sua saída cria uma lacuna enorme e faz crescer as desconfianças políticas sobre os rumos e as intenções dominantes no Governo Lula.

Já a perda do professor Celso Furtado tem

uma relevância de outra natureza, que opera em nossos sentimentos conduzida pelo amor, pela gratidão e pelo reconhecimento ao mestre de onde fluíram as compreensões com as quais, hoje, tecemos e desenvolvemos as análises e propostas de mudança nos rumos da economia brasileira.

Foi a partir das lições do professor Celso Furtado que passamos a enxergar e compreender a dimensão de nossos desafios, bem como o tamanho e a origem de nossos males e das mazelas que impedem milhões e milhões de pessoas, no Brasil, de terem um trabalho, um teto para se abrigar, uma vida digna da qual se orgulhar.

Duas perdas que se sucederam tão próximas, que tal proximidade, por si mesma, já faz um sentido, mesmo que no silêncio do que não é dito, mas que exprime com tamanha grandeza e evidência, mesmo que sem palavras.

Na próxima edição, estes dois temas – a saída de Carlos Lessa do BNDES e a morte do professor Celso Furtado – terão primazia em nossas páginas. ■

Sumário

Página 3 Manifesto dos Economistas - E nada mudou



Página 5 O Governo Lula desconhece o IBGE – Antonio Carlos Alkimim

Página 7 Resenha – As crises nascidas do liberalismo

Página 8 Especial – Buscar as origens da crise do Rio

Marieta de Moraes Ferreira e Mauro Osório da Silva

Página 11 Dois nacionalismos em disputa – João Paulo de Almeida Magalhães

Página 15 Fórum Popular de Orçamento

Administração será a maior despesa do município

Página 16 Eleito novo terço de conselheiros

FPO lança programas de TV

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ E SINDECON - RJ

ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano.

Editor: Nilo Sérgio Gomes
Correio eletrônico: nilosgomes@uol.com.br

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:

Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa •

Conselheiros Efetivos: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinto do Nascimento, Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa, Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira, Ronaldo Raemy Rangel, Francisco Bernardo de Arantes Karam • **Conselheiros Suplentes:** Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha, Julio Flavio Gameiro Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Arthur Câmara Cardozo, Mario Luiz Freitas Lemos, Eduardo Carnos Scaletsky.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto •

Diretores de Assuntos Institucionais: Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de**

Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de**

Divulgação e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington

Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho**

Fiscal: Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

MANIFESTO DOS ECONOMISTAS



“E nada mudou”

No último dia 22 de novembro foi divulgado o Manifesto dos Economistas, em várias capitais do país, com mais de 300 assinaturas. O texto clama por uma política econômica voltada para um projeto nacional de desenvolvimento, com prioridade para a geração de empregos e a redução das desigualdades sociais

Em junho de 2003, um grupo de mais de 300 economistas brasileiros divulgou um manifesto no qual advertia para o agravamento da crise social em face do aprofundamento, pelo Governo Lula, da política macroeconômica herdada do governo anterior. Apontamos como alternativa, fruto de um consenso mínimo, um programa de sete pontos que configurava um compromisso com a adoção de uma política de promoção do pleno emprego, num contexto de retomada do desenvolvimento e de realização da democracia social.

Passado mais de um ano, um grupo inicial de cerca de trinta economistas, signatários ou aderentes daquele Manifesto, reuniu-se novamente para fazer uma avaliação da conjuntura econômica à vista de nossas proposições anteriores e das perspectivas que se apresentam à sociedade brasileira. Nossa conclusão, enriquecida por sugestões de outros economistas que assinam o presente documen-

to, é que a situação social se agravou de uma forma inequívoca, e que o ligeiro suspiro de crescimento que se tem verificado este ano não muda o caráter excludente e pauperizador da política econômica. Ou seja, continuamos no rumo errado, mas há alternativa.

A adoção pelo Governo Lula da mesma política econômica adotada no segundo mandato do Governo FHC – e com o objetivo de manter o modelo de economia inaugurado por Collor – demonstra que o desejo de mudança, expresso claramente pelo povo nas eleições de 2002, foi usurpado pelo mesmo poder econômico, que quer manter a todo custo seus privilégios.

É nossa convicção que, a despeito do aprofundamento da crise social, não há sinais de reversão da atual política econômica. Ao contrário, o governo tem reafirmado que não quer mudar. Portanto, é nosso dever de cidadania insistir na denúncia de que esta política econômica não atende aos interesses da maioria e que

aumentará cada vez mais os problemas sociais. A suposta estabilização macroeconômica, apoiada em políticas monetária e fiscal restritivas, ocorre em detrimento da estabilidade social. As taxas de desemprego e de subemprego nas principais regiões metropolitanas se elevam a um quarto da população ativa, o que configura, de longe, a maior crise social de nossa história, levando a uma escalada da marginalização social, da criminalidade e da insegurança.

O surto do modesto crescimento econômico deste ano não deve iludir a ninguém:

- 1) A base de comparação utilizada é com o ano de 2003, quando houve queda do produto.
- 2) O crescimento observado concentra-se nas áreas de exportação e de bens de consumo duráveis, enquanto os setores produtores de bens não duráveis, onde se concentra o consumo das massas, apresenta um comportamento distinto, com alguns de seus segmentos estagnados ou mesmo em queda.

3) O crescimento apurado efetivamente é ainda muito baixo para ter qualquer efeito relevante sobre a geração de emprego.

4) A renda do trabalho cai pelo quinto ano consecutivo.

5) Esse crescimento não reduz a vulnerabilidade externa do país que, ao contrário, tende a agravar-se diante do elevado nível de endividamento externo, baixas reservas internacionais, crescente desnacionalização (inclusive, da infra-estrutura) e regressão do sistema nacional de inovações.

A política econômica do governo coloca a sociedade brasileira em uma armadilha de tal forma que qualquer ameaça ou chantagem, externa ou interna, é enfrentada com medidas monetárias e fiscais restritivas que agravam a crise social. Além de travar a economia, o superávit primário – agora elevado para 4,5% do PIB – e os juros básicos de agiotagem – elevados novamente para, agora, 17,25% a.a. – são uma verdadeira máquina de transferência de renda de pobres para ricos, na medida em que implicam a tributação indireta dos pobres, e o aumento da tributação direta da classe média, para o pagamento dos juros da dívida pública aos ricos.

A sociedade brasileira deve ser conscientizada de que a atual política econômica não é capaz de nos tirar desta crise e, na verdade, tende a agravá-la, recorrentemente. E a sociedade brasileira deve ser igualmente conscientizada de que há alternativa. É com esse duplo propósito que estamos divulgando este novo Manifesto.

Os eixos estruturantes da retomada de um projeto nacional de desenvolvimento são a redução da vulnerabilidade externa e a promoção do pleno emprego. Nesse sentido, propõem-se as seguintes medidas imediatas:

1. Reduzir drasticamente a atual taxa de juro básica (Selic), que serve para remunerar os títulos públicos; portanto, a taxa de juro passa a ser focada no ajuste das contas públicas;

2. Desvincular a taxa de redesconto (que remunera os empréstimos do Banco Central aos bancos) da taxa Selic, liberando o BC para a utilização ativa das taxas de redesconto, depósitos compulsórios e cobrança de IOF como formas de regulação seletiva do crédito;

3. Estabelecer mecanismos de controle no fluxo de entrada e saída de capitais externos do país, controlando a conta de capitais, com o objetivo de impedir a evasão externa de divisas, em face da queda da taxa de juros;

4. Interromper a captação de recursos externos pelo setor público, recompor de forma contínua as reservas internacionais do país e estabelecer critérios para o processo de endividamento externo privado;

5. Promover a redução do “spread” e dos custos dos serviços dos bancos privados por meio da rivalidade agressiva derivada da oferta de crédito e de serviços financeiros pelos bancos públicos;

6. Realizar uma reforma fiscal que priorize os investimentos na economia interna e nos programas sociais e inclua um sistema progressivo de tributação, capaz de acelerar a distribuição da renda e, em consequência, o crescimento sustentado da economia e das oportunidades de trabalho;

7. Realizar uma auditoria financeira e social da dívida externa, para dar transparência e justiça ao processo de endividamento e para tornar efetivo o controle democrático;

8. Administrar a política cambial de maneira favorável às exportações e à substituição das importações, e compatível com o equilíbrio dos fluxos de capitais externos;

9. Reverter o processo de desnacionalização dos setores de produtos não comercializáveis internacionalmente, de modo a reduzir a rigidez das contas externas do país (o que implica cancelar o programa Parceria Público Privado);

10. Utilizar os recursos públicos, ora esterilizados no superávit primário, em programas de dispêndio público voltados para a expansão e melhora dos serviços públicos básicos, como educação, saúde, habitação popular, assim como para investimentos de infra-estrutura e apoio decisivo à agricultura familiar, reforma agrária e economia solidária.

Este é um programa que busca ir às raízes de nossa crise para encontrar os elementos de superá-la. Na verdade, não estamos propondo, com este programa, nada de extraordinário no campo político. Com a mudança das políticas fiscal e monetária pretende-se aumentar de forma sustentada o investimento e a geração de emprego. A lógica de nossas propostas se baseia na defesa da prioridade em políticas que representem a distribuição de renda e riqueza, e soluções democráticas para os graves problemas que a imensa maioria de nosso povo enfrenta.

Do ponto de vista político, é importantíssimo que o povo brasileiro tenha assegurado os direitos garantidos pela Constituição, de decidir por plebiscito e/ou consulta popular todos os temas que afetam a toda sociedade, como os

acordos internacionais da ALCA, OMC, Mercosul-UEE, transgênicos, entre outros. Por isso nos somamos à iniciativa da OAB, CNBB e MST de iniciar uma campanha pela regulamentação do direito ao exercício do plebiscito pelo povo, de onde todo poder emana.

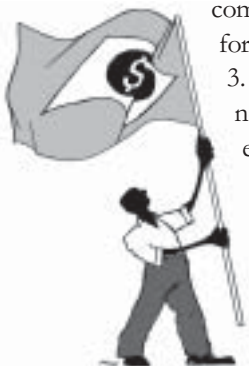
Queremos que cada cidadão brasileiro tenha a perspectiva de encontrar trabalho remunerado, acesso democrático a todos os níveis de escolarização e com a devida proteção de saúde. É um direito básico, republicano, de cidadania. Não nos conformamos com o fato de que, para milhares de jovens em nossas periferias metropolitanas, a perspectiva mais atrativa de sobrevivência seja o aliciamento pelo tráfico de drogas. Não aceitamos que o problema da segurança em nossas cidades seja insolúvel. Não aceitamos a permanente transferência de renda para o setor financeiro e para os rentistas. Não queremos mais que os rumos do país sejam determinados por uma conjuntura internacional volátil, seja no sistema financeiro, seja no sistema mundial de comércio. Estamos convencidos de que, por meio de uma nova economia, será possível estruturar uma nova ordem social e estabelecer uma trajetória de desenvolvimento.

A política econômica atual é coerente com a manutenção dos privilégios da camada mais rica da população, dos setores financeiros e daqueles voltados para a exportação. A nossa proposta de política econômica é diferente. Ela se insere em um Projeto Nacional de Desenvolvimento voltado para a garantia dos interesses dos que dependem do seu trabalho, da imensa maioria do povo brasileiro.

O povo brasileiro, mais de uma vez, deu demonstrações, em nossa história política, de sua capacidade de mobilização e de luta por mudanças, para atender os interesses nacionais, democráticos e populares. Esperamos que o povo se conscientize da necessidade de se mobilizar, mais uma vez, para lutar contra as políticas neoliberais e pela construção de uma ordem social mais justa.

A política é o instrumento adequado para a transformação econômica e social. E é fundamental para o progresso democrático que haja ampla circulação de idéias e que a imprensa cumpra o seu papel de informar, sem cair na tentação totalitária do pensamento único. De nossa parte, continuaremos a exercer o nosso dever de criticar e de propor alternativas.

Em 22 de novembro de 2004. ■



O Governo Lula desconhece o IBGE

Assim os demais governos do período pós-ditadura militar, Governo Lula desconhece o papel do IBGE enquanto instituição pública do Estado brasileiro

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi criado em 1936, por Getúlio Vargas, em um momento histórico no qual o governo implementava um novo formato para o Estado brasileiro, aprofundando a sua organização funcional e os mecanismos do seu federalismo. A partir do Estado Novo de 1937, este processo de organização do Estado nacional aprofunda-se, com a forte centralização de poder em mãos do Executivo, até 1945.

Cria-se o IBGE, no mesmo período em que também se criam a Petrobras, a Companhia Siderúr-

gica Nacional, de Volta Redonda, a Previdência e Assistência Social Pública, a Justiça Eleitoral, entre outras instituições. O IBGE, a partir deste momento, torna-se uma das poucas redes presenciais no país (com sua extensa rede de coleta de pesquisa e levantamento de informações), assim como os Correios e o Exército. A missão institucional do IBGE, que tem sido a produção de informação e conhecimento sobre a realidade do país, a partir de diferentes dimensões, como a social, econômica, ambien-

tal, política, cultural, torna o IBGE presente na vida dos brasileiros.

Desde sua criação o IBGE esteve associado diretamente ao comando político do Estado, chegando, nos governos do regime militar, a estar vinculado diretamente à Presidência da República, o que refletia o reconhecimento de sua importância para o planejamento estratégico do país e para o monitoramento da conjuntura social, econômica e ambiental.

Nesse período, de ditadura militar, o IBGE experimentou, inclusive, um processo inédito de “abertura metodológica” e conceitual, com a criação formal de uma área social e a introdução de métodos qualitativos e etnográficos como procedimentos de pesquisa de campo. Apesar disso, e de cumprir o calendário das pesquisas prioritárias do IBGE, como o Censo Demográfico, o Censo

Econômico e o Censo Agropecuário, a ditadura militar fez tentativas de manipulação de dados e distorção de resultados de pesquisas conjunturais, como os índices de inflação e as taxas de desemprego aberto, o que trouxe graves prejuízos ao conceito e à credibilidade do Instituto. Além de, na última gestão do período militar, promover demissões de funcionários por motivos políticos.

“Isto é fato, isto é verdade”

Porém, os mais duros golpes contra a instituição acabariam vindo por parte daqueles que deveriam ser os maiores interessados em preservar uma instituição pública de pesquisas e informações de qualidade: os governos que, a partir de 1989, foram diretamente eleitos.

O período iniciado por Fernando Collor caracteriza-se, no entanto, como a antítese da Era Vargas, com a desregulamentação das funções e atividades do Estado brasileiro e o permanente ajuste das políticas econômicas às políticas internacionais, prevalentes a partir deste momento. Foi no governo Collor que se deixou de realizar o Censo de 1990, quebrando a série decenal, e foram suspensos os Censos Econômicos. Mais adiante, já no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), ocorrem reformulações nas pesquisas econômicas da casa, tendo em vista a não realização dos Censos.

Um dos episódios, ainda nesta fase, foi a incompleta reforma





administrativa promovida pelo governo FHC e suas conseqüências para o IBGE, pois não existiu naquele governo sequer uma definição do IBGE enquanto órgão de Estado.

Durante os dois mandatos do governo de FHC/PSDB (até 2002) garantiu-se a realização da Contagem de 1996 e do Censo de 2000. O que foi importante, porque além de fornecer o “retrato do país”, estas grandes operações censitárias materializaram condições de modernização tecnológica, que interferem no processo de trabalho interno do Instituto. Três exemplos de impacto da tecnologia da informação sobre o processo de trabalho no IBGE, nos últimos 20 anos, são: o advento e uso da microinformática pessoal, o acesso à internet, o uso do geoprocessamento.

Neste período, também, o IBGE atualizou suas pesquisas e criou outras, modernizou sua disseminação, digitalizou a malha censitária de todos os municípios acima de 20 mil habitantes, esteve presente na mídia, a ponto de o próprio partido do atual governo, o PT, utilizar, em maio de 2004, uma campanha publicitária com base em dados do IBGE e concluindo: “Isto é fato, isto é verdade”.

Novas questões

Um outro ponto de mudanças estruturais foi o processo de terceirização, uma deliberada política institucional de formação de uma rede alternativa à tradicional rede de coleta do IBGE. Temos hoje um contrato efetuado junto a milhares de trabalhadores que, pela atual Constituição, não podem permanecer mais do que três anos no IBGE.

Esta “nova” concepção gerencial, que substitui equipe permanente de pesquisadores por trabalhadores com contrato de trabalho precário provoca, na verdade, a desestruturação e deterioração da rede de coleta do IBGE, representando uma total mudança de paradigma institucional, com efeitos profundos a médio e longo prazo para o Instituto.

Um desses efeitos é o do desequilíbrio demográfico, pois o quadro de pessoal se reduz (em função das aposentadorias) e se terceiriza. Hoje, o IBGE possui mais da metade de seus trabalhadores aposentados. O ingresso dos jovens terceirizados, especialmente para atividades de campo, por ser precário, não se consolida enquanto um conhecimento acumulado pela experiência necessária aos bons pesquisadores. As restrições salariais no IBGE são enormes e acumuladas, como para o conjunto dos trabalhadores, desde o período Collor.

O IBGE se depara com novas questões tecnológicas e metodológicas, que para serem resolvidas necessitam de aportes consideráveis em infra-estrutura. Os insuficientes concursos públicos realizados não conseguiram dar aos novos trabalhadores que ingressaram recentemente no IBGE uma perspectiva de carreira, principalmente, em função dos salários reduzidos. Perde-se, até o presente momento do governo Lula (com a sua lógica de realização de concursos públicos), a oportunidade de se formar uma geração de jovens funcionários públicos e pesquisadores competentes e conhecedores da realidade do país. A permanência deste difícil cenário, ao longo de mais duas décadas, criará um IBGE que ainda desconhecemos e que não parte de um projeto articulado nem pelo governo, muito menos pela sociedade.

Governo Lula: arrogância

Com o Governo Lula, o ritmo da corrosão institucional no IBGE se acelerou, pois se esperava uma visão estratégica e mais aberta para o Instituto, preso ainda a ranços autoritários persistentes. Uma característica do IBGE é possuir uma categoria profissional, com um tradicional movimento sindical. Existia, é certo, esperança de que mudanças efetivamente ocorressem, em contraste com as gestões desde Fernando Collor, e onde através de um novo ciclo institucional virtuoso, mais democrático e participativo, o resgate do IBGE fosse uma decorrência natural da compreensão do governo sobre o papel da informação, dentro do atual ambiente internacional, e a recuperação do IBGE em bases profissionais sustentáveis. O cenário mais coerente seria o de um maior comprometimento com os problemas sociais, dando ao Instituto um papel de destaque no apoio a formulações estratégicas e monitoramento de projetos para o país, preservando a autonomia técnica da instituição.

Infelizmente, não foi o que se viu. O Governo Lula desconhece o IBGE, e não só isso, prolonga o fio do desmonte institucional, preservando as formas tradicionais de gestão e rotinas internas. A recente mobilização sindical ocorrida entre maio e outubro últimos mostrou uma inexplicável dureza da direção do IBGE e do governo frente aos trabalhadores da casa, sem que se apresentasse qualquer projeto articulado para a instituição. A arrogância definiu o estilo.

No dois anos de Governo Lula decidiu-se pelo cancelamento da Contagem da População e do Censo Agropecuário, que estavam previstos para 2005. Principalmente, quanto ao Censo Agropecuário, não realizado há mais de 10 anos, teríamos a oportunidade de men-

surar os efeitos das mudanças estruturais por que passam estas atividades, além de poder dimensionar importantes aspectos políticos, fundiários e ambientais. Atualmente, por interferência direta do Ministério do Planejamento, são consideradas importantes modificações metodológicas, com impacto direto no modelo de realização das pesquisas do IBGE.

Exemplo mais claro é a discussão atual sobre a forma de coletar o Censo Demográfico e o redesenho “amostral” de pesquisas como a PNAD e PME. A lógica de tais alterações requeridas pelo governo não segue processos de mediação entre usuários e especialistas, que orientem as tomadas de decisão. Parece prevalecer o critério de decisão contendo racionalizações contábeis, para ajustar o IBGE à luz do enfraquecimento institucional e orçamentário, fruto da lógica autoimposta pelo governo e a sua política de *hiperávit* primário.

O governo, ao ignorar e se omitir sobre o papel do IBGE dentro do aparelho do Estado, sem que se emitam sinais de reversão deste quadro, prorroga esta insustentável situação, com o Governo Lula e as atuais gestões do Planejamento e do IBGE sendo reconhecidos como os que contribuíram para o processo de corrosão do IBGE. Talvez seja esta a hora de, com renovados calçados da humildade, debater mais amplamente o futuro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – através de um congresso institucional, sensibilizando seus trabalhadores e a sociedade para a necessidade de sua defesa. ■

* Pesquisador do IBGE:
alk@ibge.gov.br

RESENHA Carlos Augusto Vidotto*

As crises nascidas do neoliberalismo

Uma das características centrais do processo de globalização atualmente em curso consiste na maior integração entre os mercados financeiros, resultado tanto das políticas de desregulamentação financeira, rompendo as fronteiras entre os sistemas domésticos, quanto dos avanços tecnológicos em informática e telecomunicações. A elevada mobilidade internacional dos capitais, objetivo básico alcançado por aquelas políticas, constitui a face mais visível deste processo.

Mas seus resultados são, no mínimo, contraditórios. Sob certas condições, a globalização amplia as oportunidades de financiamento às empresas dos países emergentes. Por outro lado, ela tornou-se fonte adicional de instabilidade e incerteza, em função das restrições colocadas pelo mercado financeiro internacional à autonomia das políticas econômicas domésticas.

Mais ainda. As crises cambiais e financeiras que vêm ocorrendo no mundo desde a década passada – com efeitos devastadores em termos de crescimento econômico, por exemplo – colocam em xeque as políticas que alicerçaram a desregulamentação dos mercados. A liberalização financeira, impulsionada por instituições multilaterais como o Banco Mundial e o FMI, enfrenta atualmente sérios questionamentos que incluem até um certo *mea-culpa* deste último.

De fato, estudos empíricos mostram que não há uma relação definida entre liberalização financeira (leia-se, neste caso, liberalização da conta de capital do balanço de pagamentos) e variáveis macroeconômicas diversas, tais como crescimento do produto e estabilidade inflacionária. Contudo, eles mostram fortes evidências de que a volatilidade da taxa de câmbio em países emergentes, que resulta da instabilidade dos fluxos de capitais externos,

afeta negativamente o comportamento da taxa de juros doméstica e da dívida pública, entre outras variáveis econômicas relevantes.

Fonte de instabilidade

O livro “Globalização financeira: ensaios de macroeconomia aberta”, ao examinar as várias dimensões desse processo – crises cambiais, bolhas especulativas, união monetária, blocos regionais, nova arquitetura do sistema monetário internacional, entre outros aspectos – já surge como importante referência sobre o tema. Entre outros méritos, a obra traz contribuições de renomados economistas e pesquisadores, como Jan Kregel (Unctad), Michel Aglietta (Universidade de Paris), Paul Davidson (Universidade do Tennessee), Luiz Gonzaga Belluzzo (Unicamp), Bresser Pereira (FGV-SP) e Otaviano Canuto (Banco Mundial), entre outros¹. Seus organizadores e também autores, Fernando Ferrari Filho e Luiz Fernando de Paula, perfilam entre os intelectuais que mais têm se empenhado na revisão das políticas liberais.

Preservando uma enriquecedora diversidade de abordagens, os autores da coletânea comungam uma avaliação crítica dos frutos da globalização financeira. Esta se revela antes de tudo como fonte de instabilidade ampliada, engendrando crises cambiais e ataques especulativos a moedas nacionais. Como corolário desse fenômeno, perdem-se graus de liberdade nas políticas econômicas domésticas.

Globalização Financeira: ensaios de macroeconomia aberta

Organizadores: Fernando Ferrari Filho e Luiz Fernando de Paula
 Editora Vozes, 654 páginas, 2004.



Surfando na contra-reação keynesiana, o livro mostra que as crises cambiais não são necessariamente resultados de comportamentos “irracionais” dos investidores, mas resultam da própria forma de operação dos mercados financeiros globais, liberalizados sem um sistema de regulação adequado. Crises cambiais podem ocorrer mesmo quando os ditos fundamentos econômicos estão em ordem. Com a liberalização da conta de capital, países com moeda fraca e não-conversível e com baixa densidade no mercado financeiro ficam expostos a mudanças nos humores dos mercados financeiros internacionais.

A própria eficácia do regime de câmbio flutuante é vista com ceticismo pelos autores do livro, o que encontra eco em uma citação do economista keynesiano e prêmio Nobel James Tobin, em profético artigo de 1987: “Eu acredito que o problema básico de hoje não é o regime cambial, se fixo ou flutuante. O debate sobre regimes obscurece o problema essencial, que é a excessiva mobilidade internacional do capital financeiro privado”.

O livro “Globalização Financeira”, portanto, é recomendado para leitores que buscam análises profundas que fujam aos mantras do saber convencional. ■

* Doutor pela Unicamp e professor-adjunto do Departamento de Economia da UFF. Correio: vidotto@uol.com.br

¹ O livro conta ainda com os seguintes autores: Adriana Amado, Antonio Alves Júnior, Fernando Ferrari Filho, Gary Dimsky, José Luís Oreiro, José Maria Fanelli, Julio López, Luciano Coutinho, Luiz Fernando de Paula, Malcolm Sawyer, Maria de Lourdes Mollo, Philip Arestis e Yoshiaki Nakano.

ESPECIAL - A CRISE DO RIO

Buscar as origens da crise do Rio

Publicamos a seguir a parte final da cobertura do *JE* sobre o seminário realizado no Fórum de Ciência e Cultura, em uma parceria do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ, do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas e do Corecon-RJ. As duas intervenções abordam as questões que dizem respeito aos mitos e às memórias que ainda influenciam as compreensões que hoje temos da origem da chamada “crise do Rio”.

Repensar uma nova identidade para o Rio

Marieta de Moraes Ferreira – Diretora do CPDOC/FGV

Estamos nos aproveitando de um debate que está na mídia – a questão da des-fusão do Estado do Rio de Janeiro do antigo estado da Guanabara – que é uma oportunidade interessante, não basicamente para ficar focado nesta discussão. O que nos interessa é, a partir desse mote, voltar um pouco no tempo, recuperar aspectos da história da cidade e a sua relação com o Estado do Rio. Em uma perspectiva mais histórica, apontar determinados problemas e questões que envolvem a trajetória e a memória do Rio, e as perspectivas.

Em meu ponto de vista, é uma oportunidade de discutir alguns mitos que continuam a persistir na memória coletiva dos cariocas. Que mitos são esses? Primeiro, uma coisa que ainda está muito enraizada. É que a política e a história política do Rio são as mesmas da política nacional. Depois, que o Rio sempre teve uma eterna vocação oposicionista. Em terceiro, que o Rio, com uma vocação nacional, tem uma ausência de defesa de interesses locais, ausência de bairrismo, e uma outra, que é a ausência de dinâmica própria

na política do Rio. Por fim, que a fusão é responsável por todos os males do Rio de Janeiro. Tudo o que se tem de ruim no estado é resultado da fusão.

Eu gostaria de estabelecer duas questões principais para trabalhar essa temática. Primeiramente, já que estava falando de mitos, a questão de responsabilizar a fusão por tudo o que aconteceu e que acontece de mal neste estado. A fusão é, então, uma espécie de bode expiatório. Isso é uma questão extremamente confortável para alguns setores porque coloca a responsabilidade e a fonte de tudo no passado, sobre o qual não temos responsabilidade. Uma outra questão é a de atribuir a responsabilidade da fusão exclusivamente ao regime militar e, com isso, desdobrar essa tese para avançar na afirmação de que a fusão tinha o objetivo de domesticar o eleitor carioca, que seria de um partido de oposição ao regime militar, cujo partido oficial era a Arena.

Desconstruindo mitos

A idéia da reincorporação do Distrito Federal ao antigo Estado do Rio não é do regime mili-

tar. Ela é uma idéia anterior, ainda que possa ter adquirido novas roupagens. Uma outra questão é a seguinte: vamos desmistificar o que era o MDB carioca de Chagas Freitas. O MDB carioca, em 1974, não tinha nada de oposicionista, muito pelo contrário. Ele compunha mais com o Geisel, com o regime militar, do que a própria Arena. Eu tive a oportunidade de pesquisar o Governo Geisel, a movimentação não só dos políticos fluminenses, da Arena, que eram contra a fusão, como também a própria documentação dos órgãos de segurança, que fazem relatórios detalhados e minuciosos, dizendo que a fusão seria nefasta do ponto de vista político e eleitoral para o regime militar e para o Governo Geisel. Essa é uma documentação que está à disposição no CPDOC, e qualquer pessoa pode acessar.

Então, essa tese de que a fusão tinha um caráter eleitoral e de meramente controlar o MDB carioca acho que não tem mais sustentabilidade empírica. Ela faz parte do terreno da memória, e de uma memória construída naquela época, que tinha os seus objetivos po-

líticos. Outra coisa que gostaria de colocar é que, fosse essa avaliação correta ou não, naquela conjuntura a idéia de fusão estava muito vinculada à de criar um novo pólo dinâmico, uma nova reestruturação, ou redefinir determinados funcionamentos do federalismo brasileiro, estabelecendo novos pólos econômicos e políticos no contexto da federação brasileira.

Esta é uma questão importante, mas eu queria jogar um pouco de atenção para um ponto que é a questão cultural. Acho que até agora essas discussões sobre fusão e des-fusão privilegiam pouco a questão cultural. Ao falar sobre a questão cultural é preciso tocar num ponto que se chama a questão da identidade. A cidade do Rio de Janeiro construiu a sua identidade pautada em uma idéia que ela era a sede da nacionalidade, a cabeça da nação, o cartão postal do país, e aí eu acho que o grande problema da fusão foi mudar. Esse projeto da fusão teve a intenção e a proposta de mudar o papel simbólico da cidade do Rio de Janeiro. Dentro do projeto da fusão – e sempre que falamos dele falamos das discussões políticas, econômicas, mas deixamos de lado que

dentro do projeto da fusão estava embutido um projeto de reconstrução da identidade, criação de uma nova identidade regional.

Essa proposta estava embutida no projeto de fusão: diluir a identidade da cidade do Rio e recriar uma nova identidade. Essa é uma questão que ainda fica em pauta no imaginário político e na memória dos cariocas. E por que? Na verdade, essa idéia de diluir a identidade carioca, juntando duas culturas políticas, duas tradições culturais diferentes – a fluminense e a carioca, embora elas tivessem no passado distante pontos em comum – e de dar ao Rio de Janeiro este novo papel, de ser o motor de ocupação e desenvolvimento das áreas do interior fluminense, cria entre os cariocas uma memória de ressentimento.

Essa idéia que nós temos de, para solucionar nossos problemas, voltar ao passado, voltar à esta idade de ouro, é como se a solução de todos os nossos problemas estivesse na volta ao passado. Definitivamente, não é à toa que esta questão é recorrente. A cada conjuntura eleitoral ela vem de novo à tona, com o objetivo de sanar essa sensação de perda, de ressentimento, sensação que a nós foi

imposta uma série de propostas e decisões sobre as quais rejeitávamos completamente.

Cultura e memória política

Não quero minimizar aqui o fato de que a fusão foi feita no regime autoritário e que não houve uma consulta à população dos dois estados sobre o desejo de realizar ou não a fusão, como em momentos anteriores havia a previsão de um plebiscito. Na verdade, esse sentimento de perda, de ressentimento, essa memória, nos leva hoje a ter uma identidade fragmentada. Eu acho que esse é um problema prioritário. A identidade carioca e fluminense, ou a junção ou recriação de uma nova identidade para o Estado do Rio de Janeiro é o grande desafio que temos pela frente, nos dias de hoje.

Existem os problemas de ordem econômica, sim, os problemas políticos, também, como existe um problema que passa pelo terreno da cultura, da memória política. O repensar dessa nova identidade do Rio de Janeiro é um elemento chave para encontrarmos um caminho para o futuro. Quando trabalhamos com a identidade – e identidade está diretamente liga-

da à memória – nós fazemos um retrabalho com o passado, o presente e o futuro. Quando voltamos para o passado não nos colocamos só no passado, estamos nos colocando no passado, mas olhando para o presente e estabelecendo estratégias para o futuro.


Gostaria de chamar a atenção para o seguinte: se a fusão foi uma iniciativa do regime militar que representou uma imposição, ela também contou com o apoio de setores cariocas e fluminenses. A Associação Comercial do Rio de Janeiro, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e, também, muitos políticos da época, cariocas e fluminenses, apoiaram o projeto da fusão. Não foi apenas uma imposição do governo federal. Havia também, do ponto de vista da dinâmica interna da política da capital, uma sensação, correta ou não, que o Rio de Janeiro, a Guanabara, sofria um processo de esvaziamento econômico. Então, chamo a atenção para o fato que havia dentro da cidade do Rio uma dinâmica política específica, e que essa dinâmica política estava comprometida com o projeto da fusão, sim, não vamos esquecer isso, fingir que isso não existiu.

A outra parte de minha exposição é a questão da identidade cultural e política do Rio de Janeiro, na atualidade. E como é que nós lidamos com isso? Como é que estabelecemos uma agenda que, efetivamente, nos liberte desse passado e nos permita estabelecer uma agenda de futuro, que nos ajude a superar os impasses, os problemas e essas dificuldades?

Eu acho que essa questão da identidade carioca e fluminense efetivamente foi atrasada na atualidade e ela foi do ponto de vista político e eleitoral ampliada, injetada nessa discussão pelo fato de que tivemos dois governos liderados por políticos oriundos do interior fluminense. E cria-se, então, uma certa memória, um conjunto de representações, para achar que os males da cidade do Rio de Janeiro são porque estamos sendo governados por pessoas que vêm do interior. Não vou entrar na discussão partidária, mas lembrar que não dá para atribuímos o sucesso ou insucesso de um governo apenas pela sua origem regional. Repensar essa idéia da identidade do Rio de Janeiro é dar um passo na direção de como enfrentamos esse problema.

Origens e especificidades da crise carioca e fluminense

Mauro Osório da Silva – economista, professor da UFRJ



momento eleitoral convida a uma reflexão sobre a situação econômico-social das diversas regiões brasileiras. A minha tese de doutorado estuda a cidade do Rio de Janeiro, mas pensando a partir de uma determinada ótica que é uma inversão de tendência. Acredito que tivemos um ciclo virtuoso, até início dos anos 60, e acho que um dos problemas da cidade são as memórias equivocadas.

Meu propósito é discutir a existência de uma aguda crise no atual Estado do Rio de Janeiro

(ERJ), que leva, inclusive, a emergir proposições em defesa da defusão da cidade do Rio e do antigo Estado do Rio. A minha preocupação são os dados que mostravam a região como sendo o pior desempenho econômico entre todos os dados federativos, principalmente de 1970 para cá. Querendo aprofundar a discussão, a idéia é a existência de uma crise específica na região.

Ou seja, a crise no Rio não é simplesmente fruto da crise brasileira. Coloca-se a crise no Rio

como conseqüência da crise nacional; a violência como conseqüência da violência nacional. Não. A minha hipótese é que existe uma crise específica na região, pouco entendida, pouco discutida, pela nossa memória e tradição de capital federal.

Perda do dinamismo econômico

O núcleo econômico central do atual ERJ, a cidade do Rio, se constitui historicamente como

porto, centro militar e eixo de logística nacional. Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, consolida-se como cidade-capital, de acordo com o conceito desenvolvido pelo historiador Giulio Argan de que, nos espaços nacionais, existem cidades que cumprem a função do “lugar da política e da cultura, como núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, representando, cada uma à sua maneira, o papel de foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do



poder e lugar de memória”.

Com a consolidação, a partir de 1880, do complexo cafeeiro em São Paulo, o Rio sofre um processo de perda de hegemonia econômica e, em 1920, já não é o principal centro industrial do país. No entanto, como eixo de poder, centro cultural e financeiro e sede de empresas públicas e privadas, a economia da região mantém expressivo crescimento.

A partir de 1960, no entanto, a cidade perde o seu principal fator gerador de dinamismo econômico – ser sede do poder federal. Da mesma forma, o antigo estado do Rio pós-decadência cafeeira também é fortemente atingido, pois depende centralmente dos investimentos federais ali realizados e do dinamismo do seu núcleo central – a cidade do Rio. A percepção desse fenômeno, no entanto, só ocorre em 1980, no bojo da crise econômico-fiscal que se instaura no país e atinge sobremaneira a região.

Entendo que a demora nessa percepção deve-se ao fato de que, pela história de capitalidade da cidade, os hábitos e as atenções nela construídos voltam-se fundamentalmente para a temática nacional, fazendo com que, para o carioca, nos dizeres de Arnaldo Niskier, os problemas locais venham a parecer “pálidos reflexos” dos problemas nacionais, e que as reflexões sobre a região sejam bastante rarefeitas e frágeis, resultando que, no final dos anos 60, o povo carioca viesse a descobrir que “só conhecia de si mesmo e de sua cidade a visão do turista apressado”.

A predominância do clientelismo

Isso contribui para que, não obstante a importante modernização na vida da cidade, in-

troduzida por Carlos Lacerda, e que tem continuidade com Negrão de Lima, os dois primeiros governos eleitos da Guanabara não estabeleçam uma estratégia regional consistente, que dê conta da perda que se inicia em 1960. Esta questão está relacionada à visão que se tinha de que o Rio continuaria a ser a *capital de fato*, e que o ponto central seria modernizá-lo e, ainda, que do ponto de vista econômico o central seria estabelecer uma política industrial baseada na criação de distritos industriais, conforme amplamente de-

econômico, o setor agrícola, o que me parece inconsistente devido à diminuta importância dessa atividade no novo ERJ.

Por sua vez, do ponto de vista político, a cidade do Rio é brutalmente atingida pelos processos de cassações realizados pelos governos militares, tendo em vista o peso que tinham nessa cidade o PTB e a UDN, sendo que, no território carioca, a UDN vem a ser frontalmente atingida pelo rompimento de Lacerda com o regime pós-64. Nesse processo, Chagas Freitas e a política de clientela passam a

uma perda de empregos formais, no total das indústrias extrativa mineral e de transformação, de 42,19% ante uma perda no total Brasil de 6,30%; como, também, a menor ampliação de empregos do setor serviços no quadro federativo, de 12,77%, diante um crescimento nacional de 36,88% (MT/RAIS).

No período mais recente, 2000/2004, o ERJ apresenta um crescimento, para o total da indústria, equivalente ao brasileiro, tendo em vista o incremento do setor petróleo. Mas quando analisada somente a indústria de

Taxas médias de crescimento real do PIB - 1949/1990

Brasil: estados selecionados e regiões - (em % a.a.)

Regiões e Estados	1949/59	1959/70	1970/75	1975/80	1980/85	1985/90
Sudeste	6,7	6,5	9,8	6,4	0,2	1,1
- São Paulo	7,5	6,9	10,4	5,9	-0,2	1,0
- Minas Gerais e E. Santo	4,1	7,4	10,5	10,0	2,0	3,1
- Rio de Janeiro *	6,6	5,1	7,8	5,3	-0,2	-0,5
Sul	7,8	6,9	11,4	6,3	0,9	1,6
Nordeste	7,5	4,6	8,9	8,8	3,7	3,3
Norte	8,9	7,5	9,4	16,9	6,0	4,8
Centro-Oeste	10,9	10,5	12,5	12,1	2,6	4,9
Total	7,1	6,5	10,1	7,2	1,1	1,9

Fonte: Pacheco, Carlos Américo. Fragmentação da Nação. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. Pág. 69

* Até 1975 as taxas médias de crescimento apresentadas para este Estado referem-se à soma dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, visando poder realizar uma análise comparativa com o período posterior à fusão.

fendido pela representação patronal da Guanabara, e que resulta em fracasso.

Da mesma forma, os governos posteriores – tanto Chagas Freitas, ainda na Guanabara, quanto os governos pós-fusão –, ou não definem uma estratégia adequada de desenvolvimento ou, simplesmente, elas inexistem. Por exemplo, o governo Faria Lima, inaugurado com a fusão, apesar de sua preocupação com uma correta gestão administrativa, explícita como prioridade, do ponto de vista

ter na região um enorme peso. A governadora Rosinha Garotinho, inclusive, afirmou recentemente, na mídia, que após o chaguismo e o brizolismo “por que não o garotismo?”.

Isso resulta na deterioração da vida fluminense expressa, por exemplo, no fato de o conjunto da região apresentar, no período 1970/2000, uma variação do PIB significativamente menor que as existentes em todas as demais unidades federativas (dados do IBGE); ou em ter ocorrido no ERJ, entre 1985 e 2000,

transformação vê-se um crescimento de 5%, ante uma taxa para o país de 15% (IBGE). Por outro viés, de acordo com dados apresentados pela Unesco, no correr desta década o ERJ apresenta as maiores taxas de morte violenta para jovens entre 15 e 24 anos, entre todas as unidades federativas, e uma das piores taxas em termos de subnotificação de mortes ocorridas.

Ou seja, há uma crise específica, histórica e em andamento, que não está sendo devidamente vista. ■

ESTUDOS HISTÓRICOS João Paulo de Almeida Magalhães*

Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos

Dois nacionalismos em disputa

Nesse artigo, são apresentadas as visões de dois tipos de nacionalismo que se confrontaram no passado e que podem estar presentes nos dias atuais: as de Hélio Jaguaribe e as de Guerreiro Ramos

O nacionalismo adquiriu recentemente novas forças, no Brasil. E não se trata de simples modismo, visto que essa evolução se justifica plenamente à luz da realidade econômica do país. A melhor forma de comprovar essa afirmação é através de confronto do que hoje ocorre com a experiência do passado.

O primeiro grande debate em torno do nacionalismo teve lugar em 1958, envolvendo duas prementes figuras do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos. O primeiro publicara o livro intitulado “O Nacionalismo na Realidade Brasileira”, no qual distinguia entre nacionalismo de fins e nacionalismo de meios. Para os defensores do primeiro, como Guerreiro Ramos, nacionalismo significava o controle da economia pelo capital (público e privado) brasileiro e pelo empresariado nacional.



O conteúdo nacionalista do desenvolvimentismo era, todavia, bastante claro. Ele se traduzia, por exemplo, na exigência de gradual nacionalização dos insumos do setor automobilístico

Segundo os partidários do segundo, como Jaguaribe, o importante eram os resultados obtidos em termos de desenvolvimento. Resultados esses que podiam ser proporcionados tanto pelo capital nacional quanto pelo estrangeiro. Hélio Jaguaribe ilustrava a diferença entre as duas posições com o exemplo da Petrobras, cuja criação se achava, à época, no centro dos debates. Segundo ele:

“O que torna nacionalista a atual política do petróleo não é o fato de a Petrobras ser uma empresa do Estado brasileiro, dirigida por brasileiros natos, etc. Em tese, a política nacionalista do petróleo poderia ser realizada pela Standard, ou qualquer outra empresa, desde que, concretamente, na situação presente do país, essa fosse a forma mais eficaz de explorar petróleo brasileiro e proporcionar à economia nacional o pleno uso e controle dessa matéria prima. O que torna nacionalista a atual política do petróleo, ao contrário, é o fato de que, nas condições do país e na atual conjuntura internacional, somente a Petrobras, dotada das facilidades de que dispõe, nos pode assegurar a mais eficiente exploração do petróleo e proporcionar à nossa economia o pleno uso e controle desse combustível.” (p. 52)



O nacionalismo de fins se confundia com o desenvolvimentismo e, à época, atendia bem às necessidades do país, que levava adiante modelo eficaz de substituição de importações, no qual empresas multinacionais desempenhavam papel importante.

O conteúdo nacionalista do desenvolvimentismo era, todavia, bastante claro. Ele se traduzia, por exemplo, na exigência de gradual nacionalização dos insumos do setor automobilístico, que constituía um dos pontos altos do novo processo manufatureiro em curso no país.

Outra manifestação do nacionalismo de fins foi a lei do similar nacional, que proibia a importação de bens já produzidos no país. Contrariamente à alegação de seus detratores, o objetivo não era levar o país à auto-suficiência, mas, simplesmente, economizar divisas que haviam se tornado extremamente escassas.

Mesmo a afirmação de que favoreceu empresas ineficientes é discutível dado que, ao melhorar a situação cambial do país, ela foi suspensa, determinando o colapso de seus beneficiários iniciais. Sem levar em conta que, de uma forma ou de outra, haviam pou-pado divisas utilizadas em importações essenciais.

Programa de Metas

Mais significativa, todavia, foi a dura tomada de posição do nacionalismo de fins em defesa do Programa de Metas, do Presidente Kubitschek. Este representava, em última análise, o instrumento escolhido para levar adiante a maturação do nosso parque fabril que, até então, se concentrava em produtos genéricos de consumo. A idéia era ingressar em segmentos como a construção naval, veículos automotores e bens de capital. O pensamento conservador atacou o Programa de Metas, sob a alegação de que o país registrava surto inflacionário e a ocorrência deste sinalizava situação de pleno emprego, na existência da qual o correto seria reduzir – e não aumentar – investimentos.

Os defensores do nacionalismo de fins refutaram essa tese, mostrando ser o limite superior ao incremento do PIB, em países subdesenvolvidos, a poupança (ou a plena capacidade) e não o pleno emprego. A inflação indicava se ter atingido a plena capacidade, situação que, no entanto, podia ser remediada através de maior esforço de poupança, tal como se propunha no Programa de Metas. Lembrou-se, a par disso, que a própria inflação, ao gerar poupança monetária forçada, ajudava a contornar a dificuldade.

O nacionalismo de fins – desenvolvimentismo – proporcionou ao país três décadas de acelerado crescimento. Seu erro foi

O nacionalismo de fins – desenvolvimentismo – proporcionou ao país três décadas de acelerado crescimento

supor que, esgotado o modelo de substituição de importações, o país ingressaria, sem maiores dificuldades, no crescimento auto-sustentado. Ou seja, acreditava-se que estratégias essencialmente de mercado interno levariam o país ao pleno desenvolvimento. Como isso não ocorreu, a solução era voltar-se para o mercado externo.

A mudança de modelo se defrontava, todavia, com séria dificuldade: os setores de maior dinamismo e valor adicionado por trabalhador, do mercado internacional, estavam controlados, no Brasil, por filiais de empresas multinacionais. E estas não tinham acesso aos grandes mercados do mundo por estarem eles já atendidos por suas matrizes. Essa foi uma das causas básicas do fracasso do modelo de integração competitiva no mercado mundial, lançado no país a partir dos anos 80.

Se o nacionalismo de meios houvesse recebido mais atenção, o governo brasileiro teria se preocupado em viabilizar empresas de capital nacional em setores de alto dinamismo e valor adicionado. Estas não teriam, diferentemente das filiais de empresas estrangeiras, qualquer objeção a penetrar nos grandes mercados mundiais. Como não o fizéramos no passado, tratava-se de recuperar o tempo perdido. O empecilho se achava no fato de isso exigir ampla ação do Estado, o que entrava em choque direto com o neoliberalismo que dominava o país.

Ou seja, no momento presente não cabe mais o debate entre nacionalismo de meios e de

fins porque as propostas de um e de outro passaram a coincidir. O nacionalismo de fins, da mesma forma que o nacionalismo de meios, exige política de desenvolvimento centrada sobre a empresa nacional. Da mesma forma que foi possível resumir a divergência no passado, através da citação de Helio Jaguaribe, a concordância presente pode ser expressa nas seguintes palavras de Luciano Coutinho:

“Existem razões sólidas e racionais para que a política econômica robusteça os grupos empresariais de capital nacional, habilitando-os a operar globalmente. Tais razões são alinhadas da seguinte maneira: 1) a existência de empresas nacionais com atuação mundial, aqui sediadas, aglutina centros de decisões que, embora privados, fortalecem economicamente o país; 2) sem dúvida, a formulação e a tomada de decisões estratégicas, a partir do Brasil, concentram em nosso território as atividades de alto valor agregado em gestão, finanças, inovação organizacional, desenvolvimento tecnológico e de marcas; 3) como resultado do item anterior, localizam-se no país os melhores empregos e as melhores oportunidades de desenvolvimento profissional; 4) uma parcela importante dos investimentos estrangeiros diretos se faz através de associações joint ventures e parcerias, o que requer a presença de empresas nacionais capacitadas, com porte adequado e bigidez financeira. Em resumo, a superação das deficiências competitivas do Brasil não pode prescindir de um conjunto de grupos nacionais de porte mundial. Sem isso não se desenvolverão núcleos endógenos de progresso tecnológico, capazes de afirmar marcas brasileiras e criar novos mercados e gerar aqui atividades e empregos de elevada



qualificação. O capital estrangeiro pode cumprir apenas em parte essas funções, pois, tende a concentrar centros de inovação e atividade nobres nas respectivas matrizes”. (p. 204)

A hora do nacionalismo de meios

Parece, portanto, lícito afirmar que estamos hoje diante da hora e vez do nacionalismo de meios. Para o futuro, todavia, o nacionalismo de fins, no seu aspecto desenvolvimentista, deverá recuperar parte do seu prestígio anterior. Isso porque se delineia claramente no país o que se poderia chamar de visão anti-desenvolvimentista.

Esta se expressa seja na satisfação com a taxa anual de incremento do PIB em 3% a 3,5%, seja na tese de que 5% ao ano devem ser considerados a taxa viável máxima de incremento do PIB no Brasil. A primeira corrente, mais moderada, procura justificar sua posição afirmando que, dado o mais lento incremento demográfico registrado no país, crescimento econômico de 5%, hoje, equivale aos 7% do passado, considerados plenamente satisfatórios. Por que, assim, se quer mais do que isso?

Com respeito à primeira corrente, três pontos devem ser considerados. Temos, em primeiro lugar, que o objetivo básico de qualquer política econômica para o Brasil é a eliminação do seu

atraso econômico. Diante disso, e considerando-se que o país comprovou no passado ser possível crescer a 7% ao ano, por que aceitar resultados inferiores, sobretudo considerando que países asiáticos estão demonstrando, a cada dia, ser possível, sem maiores dificuldades, superar largamente essa taxa?

Não se pode esquecer, em segundo lugar, que países desenvolvidos, com aumento populacional inferior ao nosso, registram freqüentemente incremento anual do PIB em torno de 4%. Significa isso que, se aceitarmos o limite de 5% para crescimento do nosso PIB, estaremos, para todos efeitos práticos, renunciando à eliminação do atraso econômico.

Finalmente, estimativas disponíveis indicam que, para empregarmos os cerca de 1,5 mi-

lhão de novos trabalhadores que se apresentam anualmente ao mercado, a elevação do PIB deve se situar entre 5% e 7% ao ano. Aceitar-se o limite proposto significa, dessa forma, assumir o risco de constante aumento do desemprego (ou da informalidade), o que constitui o primeiro passo para o caos econômico e social.

Argumentos desse tipo são tão óbvios que parece difícil compreender porque não foram aceitos. A explicação é, todavia, simples. A preocupação real do pensamento conservador era que crescimento mais rápido elevaria importações, dificultando o serviço da dívida externa, a cujo atendimento ele confere absoluta prioridade.

Bem mais perigosa, porém, é a tese defendida pela segunda corrente, de constituir o incre-

Se aceitarmos o limite de 5% para crescimento do nosso PIB, estaremos, para todos efeitos práticos, renunciando à eliminação do atraso econômico

mento anual de 5% do PIB brasileiro como barreira intransponível. Enquanto para os defensores da primeira posição o crescimento do PIB não deveria ultrapassar a taxa anual de 5%, para os partidários da segunda esse limite não poderia ser ultrapassado por se defrontar com obstáculos incontornáveis. A tese é, sem dúvida, original. O difícil é explicar quais são esses obstáculos.

O crescimento econômico das sociedades modernas, desencadeado pela Revolução Industrial dos séculos XVII e XIX, resultou do sistemático aumento do capital por trabalhador, viabilizado por tecnologia em constante progresso. O Brasil tem capital por trabalhador de sete a oito vezes inferior ao dos países desenvolvidos, conforme sinaliza a diferença entre sua renda *per capita* e a desses países. A par disso, a Nova Economia do Desenvolvimento mostra, com base na experiência dos países asiáticos (todos com taxa de poupança igual ou superior a 30% do PIB), que uma vez adotada estratégia correta de desenvolvimento as poupanças sobem espontaneamente. Ou, mais concretamente, verificou-se, nesses países, que não foi a elevação da taxa de poupança que determinou a aceleração do crescimento, mas esta que levou ao aumento da poupança.

Temos, portanto, no Brasil, grande estoque de oportunidade de investimentos sinalizada pela diferença em nosso capital por trabalhador e o permi-



tido pela mais moderna tecnologia disponível. E, além disso, as poupanças necessárias surgirão, uma vez adotada estratégia correta de desenvolvimento. Por que então se sustentar a existência de limite de 5% para o crescimento do PIB?

Dentro de estrita lógica econômica, limite desse tipo só existirá quando o país tiver atingido o pleno desenvolvimento e a acumulação de capital passar a depender, como nas atuais economias maduras, do surgimento de novas tecnologias. Ou seja, conforme se disse acima, a tese do limite de 5% é original. Só falta prová-la, o que até agora não se fez nem se tentou fazer.

Em suma, se o nacionalismo de meios constitui hoje aspecto central da política de desenvolvimento, tudo indica que, daqui por diante, o nacionalismo de fins, ou desenvolvimentismo, deverá merecer crescente atenção. ■

* Economista, professor aposentado da UFRJ e membro do Conselho Federal de Economia.

Desconto de 40% para assinar o jornal Valor Econômico? Só para os associados Corecon.

Assine por 1 ano Apenas 10x R\$37,50 por mês com seu cartão de crédito ou débito em cartão.

Sempre no seu jornal ✓ A opinião de articulistas renomados no cenário econômico nacional e internacional.

Sempre na sua assinatura ✓ Garantia de receber o jornal de segunda a sexta e não perder nenhuma edição.

A melhor e mais completa cobertura de economia, negócios e finanças do mercado com absoluta independência editorial.

Recebimento grátis das revistas e anuários publicados no período da sua assinatura.

Ligue e assine: 0800 701 8888

ou acesse www.valoronline.com.br

Valor Respeito ao leitor

Crédito 1 minuto

Crédito certo a qualquer hora.

- ✓ Rapidez na contratação do crédito
- ✓ Empréstimo liberado pelo Auto-Atendimento, Banrífone ou www.banrisul.com.br
- ✓ Valor, prazo e vencimento das parcelas a escolher
- ✓ As menores taxas do mercado
- ✓ Primeiro pagamento até 35 dias após a utilização do crédito
- ✓ Débito em conta das parcelas
- ✓ Demonstrativo mensal para o acompanhamento das operações



www.banrisul.com.br



Governo do
Rio Grande do Sul
PTSDO CRT TRAMINA UNID

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

Administração será a maior despesa do município

Nesta edição, uma apresentação inicial da Proposta Orçamentária para o município do Rio em 2005, publicada em outubro passado. Nas próximas edições daremos continuidade, abordando diversos temas.

	LOA 2004	%	Proposta 2005	%
Resumo da Receita				
1. Receitas do Tesouro	8.460.650	88,9	7.766.420	86,3
1.1 Receitas Correntes	8.202.748	86,2	7.568.485	84,1
Receitas Tributárias	2.761.060	29,0	3.068.948	34,1
Receitas de Contribuições	3.000	0,0	3.640	0,0
Receitas Patrimoniais	407.743	4,3	403.431	4,5
Receita Industrial	-	0,0	-	0,0
Receita de Serviços	372	0,0	57	0,0
Transferências Correntes	3.355.561	35,3	3.570.225	39,7
Outras Receitas Correntes	1.675.011	17,6	522.184	5,8
1.2 Receitas de Capital	257.901	2,7	197.935	2,2
Operações de Crédito	257.212	2,7	197.222	2,2
Alienação de Bens	-	0,0	-	0,0
Amortização de Empréstimos	689	0,0	713	0,0
2. Receitas Diretamente Arrecadada pelas Autarquias e Fundações	940.583	9,9	1.117.305	12,4
Receitas Correntes	878.512	9,2	1.055.165	11,7
Receitas de Capital	62.071	0,7	62.140	0,7
3. Receitas de Geração Própria das Empresas e Sociedades de Economia Mista	113.301	1,2	112.303	1,3
Receitas Correntes	111.347	1,2	110.800	1,2
Receitas de Capital	1.954	0,0	1.503	0,0
TOTAL	9.514.534	100,0	8.996.028	100,0
Resumo da Despesa				
1. Despesas Correntes	6.684.139	70,3	7.263.034	80,7
Pessoal e Encargos Sociais	4.075.940	42,8	4.446.380	49,4
Juros e Encargos da Dívida	449.344	4,7	375.563	4,2
Outras Despesas Correntes	2.158.854	22,7	2.441.091	27,1
2. Despesas de Capital	2.814.195	29,6	1.708.077	19,0
Investimentos	1.030.443	10,8	1.070.280	11,9
Inversões Financeiras	390.803	4,1	373.396	4,2
Amortização da Dívida	1.392.949	14,6	264.401	2,9
3. Reserva de Contingência	16.200	0,2	24.918	0,3
TOTAL	9.514.534	100,0	8.996.028	100,0

A previsão de somatório das Receitas é de R\$ 8.996.028.374,00, dos quais 97,1% são receitas correntes e apenas 2,9% são receitas de capital. Dentre as receitas correntes oriundas do Tesouro, as maiores fontes são as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, com 34,11% e 39,69%, respectivamente. A primeira, engloba impostos e taxas pela prestação de serviços, num total de R\$ 3.068.948.193,00. Já a outra, compreende transferências do Estado e da União, incluindo convênios com a iniciativa privada e foi estimada em R\$ 3.570.224.738,00.

A rubrica “Outras Receitas Correntes” que, em 2004, compreende 17,60% da receita prevista, em 2005 representa apenas 5,80%, uma diferença de mais de R\$ 1 bilhão, pelo fato de que o Orçamento para o próximo ano prevê para Receita Extraordinária, um dos componentes desta rubrica, R\$ 33 milhões, ao passo que em 2004 foi previsto R\$ 1,13 bilhão. A Receita Extraordinária foi utilizada em 2002, 2003 e 2004 como suposta dívida da União junto à Prefeitura não classificada como Dívida Ativa.

Não por acaso, a dotação prevista para 2005, no tocante a Amortização da Dívida renegociada com

o Governo Federal, diminui mais de R\$1 bilhão em relação a 2004.

Da despesa total, R\$ 7.263.033.732,00 são despesas correntes, sendo o restante, R\$ 1.708.076.641,00, despesas de capital. Desta, pode-se considerar que um pouco mais de R\$ 1,4 bilhão é destinado aos investimentos.

Em relação às Secretarias, a que possui maior participação na despesa fixada é a Secretaria Municipal de Administração, com R\$ 1.889.098.000,00, representando 21% do total. Em seguida, aparecem a Secretaria Municipal de Saúde, com R\$ 1.730.923.938,00 (19,24%), e a Secretaria Municipal de Educação, com R\$ 1.503.868.463,00 (16,72%). A grande diferença em relação a 2004 está nos Encargos Gerais do Município, que obteve mais de R\$ 1 bilhão a menos esse ano, fato intimamente relacionado com a diminuição da estimativa de gasto com a Amortização da Dívida.

No entanto, para 2005, assim como em 2004, a proposta estabelece um limite de 30% do total do orçamento a ser remanejado. Desta forma, a “desfiguração” do orçamento ao longo do exercício vindouro está garantida ao Poder Executivo. ■

Nota

Retificamos a informação publicada na última edição referente ao programa de trabalho “Metropolitano Linha 4”. Diferentemente do que fora publicado, esta rubrica não constava na LDO para 2005, aprovada em julho. No entanto, consta na Proposta Orçamentária para 2005, aprovada em Outubro, tendo como objetivo projetar 10 km de linha com uma dotação inicial de R\$ 30 milhões. Esta rubrica veio substituir o programa de trabalho “Metrô Barra-Ilha – Estudo e Projeto”, uma vez que possuem a mesma numeração. Este por sua vez, esteve presente nas peças orçamentárias de 2002 a 2004, porém, nada foi executado.

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Coordenação Executiva do Fórum: Ruth Espínola Soriano, Luiz Marlo Behnken e Camilla Sampalo. Estagiários: Bruno Lopes e Thiago Marques.

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogger.com.br

Eleito novo terço de conselheiros

Com mais de 2,2 mil votantes, foi eleito no último dia 27 de outubro o primeiro terço dos membros efetivos e suplentes do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ), bem como os delegados titular e suplente ao colégio eleitoral do Conselho Federal de Economia. A maioria dos votos foi dada por correspondência, tendo sido eleitos os seguintes novos conselheiros da chapa Movimento de Renovação dos Economistas:

Efetivos: João Paulo de Almeida Magalhães, Reinaldo Gonçalves e Ruth Espínola Soriano de Souza Nunes.

Suplentes: Arthur Camara Cardozo, Regina Lucia Gadioli dos Santos e Carlos Eduardo Frickmann Young.

Delegado-eleitor efetivo: José Antonio Lutterbach Soares.

Delegado-eleitor suplente: Paulo Sergio Souto.

Conselheiro efetivo para o Cofecon: Ronaldo Raemy Rangel.

A posse dos novos conselheiros será na primeira reunião plenária de 2005, em janeiro próximo.

FPO lança programas de TV

O Fórum Popular de Orçamento está convidando leitores e leitoras para o encontro que promoverá no próximo dia sete de dezembro, na sede do Corecon-RJ, quando fará o lançamento de dois programas de TV que integram a série "De olho no Orçamento".

Os programas foram produzidos pelo Pacs, em parceria com o FPO e o Fórum Popular do Plano Diretor do Rio, contando também com a participação do Fórum Popular de Salgueiro, em Pernambuco, Fórum Brasil de Orçamento, Ibam, Campanha Jubileu Sul América e Campanha para Auditoria da Dívida.

No mesmo encontro, o Fórum Brasil de Orçamento lançará, no Rio, a publicação sobre superávit primário. Ao final, haverá um coquetel produzido por grupos populares da economia solidária.

Mais informações em www.fporj.blogger.com.br ou pelo correio: fporj@bol.com.br

CURSOS DO CORECON/RJ

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM ECONOMIA: PREPARATÓRIO PARA O EXAME DA ANPEC

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

A Secretaria de Curso do Conselho encontra-se recebendo inscrições para o *Curso de Aperfeiçoamento em Economia*: preparatório para o Exame da ANPEC.

- Curso de 570 horas-aula.
- Equipe composta por professores experientes.
- Ampla sala de aula equipada com ar condicionado, para 30 alunos.
- No dia **11 de janeiro** haverá uma prova contendo questões das cinco disciplinas do curso (Matemática - Estatística - Macroeconomia - Microeconomia - Economia Brasileira), para se conhecer melhor o nível da nova turma.
- A disciplina Matemática teve sua carga horária dobrada, em função do extenso programa do concurso - em 2004 tivemos 96 horas-aula; em 2005, teremos 192 horas-aula.
- No dia **17 de janeiro** começarão as aulas regulares do curso (de 18h45 às 21h30). Durante janeiro e fevereiro haverá somente aulas de Matemática, às segundas, terças e quartas-feiras. As aulas não serão para revisão de matéria, portanto os conteúdos lançados nesse período fazem parte do programa da disciplina.
- O horário, de março a outubro, será: segundas e terças-feiras, das 18h às 21h50 e às quartas, quintas e sextas-feiras, de 18h45 às 21h30.

Caso haja uma grande procura para o turno da manhã, existe a possibilidade de abrimos uma turma para este turno (com um mínimo de 20 alunos). Faça já sua inscrição: <http://www.economistas.org.br>

Programação para 2005

- Análise de Investimentos
- Avaliação de projetos - tópicos avançados
- Economia do bem-estar, igualdade e pobreza
- Economia e meio ambiente
- Economia política: o pensamento de Karl Marx
- Filosofia
- Globalização financeira
- Matemática aplicada à teoria econômica
- Matemática Financeira Avançada
- O pensamento econômico de Keynes
- Regimes monetários: teoria e experiência do Real
- Teoria dos jogos
- Tópicos de economia política da saúde